

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ANTÔNIO GIOVANNI ALVES DE SOUSA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

WILLIAN FERNANDES SILVA SOUSA

**ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: desafios da alfabetização nas séries
iniciais no Ensino Fundamental**

**PIRIPIRI-PIAUÍ
2025**

WILLIAN FERNANDES SILVA SOUSA

S725a Sousa, Willian Fernandes Silva.

Alfabetização na idade certa: desafios da alfabetização nas séries iniciais no ensino fundamental / Willian Fernandes Silva Sousa. - 2025.
42f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Prof. Antonio Giovani Alves de Sousa, Licenciatura em Pedagogia, 2025.

"Orientador: Prof. Me. Alex De Mesquita Marinho".

1. Alfabetização. 2. Alfabetização na Idade Certa. 3. Formação de Leitores. I. Marinho, Alex De Mesquita. II. Título.

CDD 372.41

**ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: desafios da alfabetização nas séries
iniciais no Ensino Fundamental**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Estadual do Piauí, como requisito
final para a conclusão do curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Alex de Mesquita Marinho

PIRIPIRI-PIAUÍ

2025

WILLIAN FERNANDES SILVA SOUSA

**ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: desafios da alfabetização nas séries
iniciais no Ensino Fundamental**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Universidade
Estadual do Piauí – UESPI, como requisito
parcial para obtenção do grau de
licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: ____/____/____

Prof. Me. Alex de Mesquita Marinho (Orientador)

Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Castelo Branco Santana (1ª.
Examinadora)

Profa. Ma. Dalva de Araújo Menezes (2ª. Examinadora)

PIRIPIRI

2025

Dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, contribuíram para a minha jornada acadêmica. Aos meus familiares, pelo amor e apoio incondicional; aos amigos, pela parceria ao longo dessa caminhada; e aos professores, que com dedicação e inspiração ajudaram a moldar meu conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha eterna gratidão por conceder-me força, saúde e sabedoria para superar os desafios e concluir esta etapa tão importante da minha vida. Sua presença

em minha jornada foi um guia constante nos momentos de incerteza e um alento nos dias difíceis.

Aos professores do curso, agradeço profundamente por cada ensinamento, pela dedicação e pela inspiração transmitida ao longo desta trajetória. Cada aula e orientação contribuíram para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Ao meu orientador, expresso meu reconhecimento pela paciência, pelas valiosas orientações e pelo apoio constante durante o desenvolvimento deste trabalho. Sua confiança e incentivo foram fundamentais para que este estudo pudesse ser realizado.

À minha família, minha base inabalável, agradeço pelo amor, pelo apoio incondicional e por acreditarem em mim em cada passo desta caminhada. Aos amigos, que estiveram presentes compartilhando desafios e conquistas, minha gratidão pela parceria e motivação.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, meu mais sincero agradecimento.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”

(Paulo Freire).

RESUMO

Este trabalho aborda os desafios e possibilidades da alfabetização na idade certa nas séries iniciais do ensino fundamental. O objetivo foi investigar os principais entraves e estratégias pedagógicas que contribuem para a consolidação do processo de leitura e escrita, considerando aspectos históricos,

estruturais, culturais e tecnológicos. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, baseada em autores como Emília Ferreiro, Ana Teberosky e Paulo Freire, além de documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados indicaram que a alfabetização enfrenta desafios relacionados à precariedade da infraestrutura, desigualdades regionais e formação docente insuficiente. Contudo, destacaram-se possibilidades emergentes, como o uso de tecnologias educacionais, práticas pedagógicas inclusivas e a valorização da diversidade cultural dos alunos. Conclui-se que a superação dos desafios exige formação continuada dos professores, políticas públicas eficazes e estratégias educacionais que respeitem as especificidades regionais e culturais, promovendo uma alfabetização crítica, inclusiva e transformadora.

Palavras-chave: alfabetização, ensino fundamental, práticas pedagógicas, políticas públicas.

ABSTRACT

This study addresses the challenges and possibilities of literacy at the right age in the early years of elementary school. The objective was to investigate the main obstacles and pedagogical strategies that contribute to the consolidation of the reading and writing process, considering historical, structural,

cultural, and technological aspects. The research adopted a qualitative bibliographic approach, based on authors such as Emília Ferreiro, Ana Teberosky, and Paulo Freire, as well as normative documents such as the National Common Curricular Base (BNCC). The results indicated that literacy faces challenges related to precarious infrastructure, regional inequalities, and insufficient teacher training. However, emerging possibilities were highlighted, such as the use of educational technologies, inclusive pedagogical practices, and the appreciation of students' cultural diversity. It is concluded that overcoming these challenges requires continuous teacher training, effective public policies, and educational strategies that respect regional and cultural specificities, promoting critical, inclusive, and transformative literacy.

Keywords: literacy, primary education, pedagogical practices, public policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2 PERCURSO HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL	11

3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS.....	14
4 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NA ALFABETIZAÇÃO	20
5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	24
6 DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	27
7 METODOLOGIA	30
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

A alfabetização é uma etapa fundamental na vida de qualquer indivíduo, pois marca o início do processo de apropriação do conhecimento e da capacidade de leitura do mundo e de si mesmo. Paulo Freire vinculou a alfabetização ao processo de libertação, destacando que o indivíduo alfabetizado possui melhores condições de se desenvolver profissionalmente e exercer sua cidadania de forma consciente. No entanto, quando o aprendizado da leitura e escrita nas séries iniciais não é bem-sucedido, as dificuldades acumulam-se ao longo do tempo, comprometendo a compreensão, interpretação e produção textual, habilidades essenciais para a formação de sujeitos críticos e ativos.

A alfabetização inicial tem como foco desenvolver habilidades das crianças para um novo ciclo, que deve propor um maior desenvolvimento na sua vida educacional, facilitando assim sua rotina escolar. Por isso, importante debater sobre a alfabetização na idade certa.

Desde os tempos mais remotos, o ser humano buscou maneiras de registrar suas vivências e transmitir sua percepção de mundo. Antes do advento da escrita, formas gráficas, como desenhos e símbolos, eram utilizadas para representar objetos e eventos, expressando aspectos culturais, religiosos e sociais. A alfabetização, no entanto, vai além da simples aquisição da habilidade de ler e escrever, pois desempenha um papel essencial na socialização, no acesso ao conhecimento e na interação com a sociedade, sendo necessária para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade mais justa.

No contexto brasileiro, a alfabetização enfrenta desafios que estão enraizados em questões históricas e estruturais, especialmente nas séries iniciais do ensino fundamental. Embora tenham ocorrido muitos avanços em iniciativas educacionais, ainda há obstáculos, como a precariedade da infraestrutura escolar, a insuficiente formação e valorização dos professores, e as disparidades regionais no acesso a uma educação de qualidade. Esses problemas estruturais, somados a condições de trabalho inadequadas e à desvalorização dos profissionais da educação, limitam a efetividade dos processos de ensino, impactando negativamente o desempenho acadêmico e o futuro dos alunos.

A questão que norteia esta pesquisa é: como os processos pedagógicos descritos na literatura podem contribuir para superar os desafios da alfabetização nas

séries iniciais do ensino fundamental? Compreender o contexto da alfabetização nas escolas públicas é essencial para identificar as barreiras históricas e atuais que dificultam a aquisição de habilidades de leitura e escrita e, conseqüentemente, propor caminhos para superar essas dificuldades.

Com base nessa realidade, esta monografia justifica-se pela necessidade de investigar os processos de alfabetização nas séries iniciais, buscando compreender as abordagens teóricas e metodológicas que possam otimizar o ensino da leitura e escrita, respeitando as especificidades da etapa alfabética do desenvolvimento infantil. A pesquisa foi conduzida por meio de uma análise bibliográfica, tendo como objetivos específicos: analisar as principais dificuldades estruturais, sociais e pedagógicas que impactam a alfabetização; explorar metodologias e estratégias pedagógicas inclusivas e eficazes; e refletir sobre o papel das políticas públicas na promoção de uma alfabetização de qualidade, com base nos avanços e limitações das iniciativas existentes.

Este estudo fundamenta-se em uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, que se apoia nos princípios metodológicos de Gil (2002) e nas contribuições teóricas de autores como Emília Ferreiro, Ana Teberosky e Paulo Freire, além das diretrizes da BNCC. A revisão bibliográfica permitiu mapear estratégias pedagógicas e refletir sobre os desafios e possibilidades no processo de alfabetização nas séries iniciais, oferecendo subsídios teóricos para o debate acadêmico e pedagógico.

A relevância da alfabetização na idade certa torna-se evidente ao se observar, no cotidiano, a realidade de crianças que enfrentam dificuldades para adquirir habilidades básicas de leitura e escrita. Este é o momento em que se inicia o ciclo de aprendizado formal e que, se bem conduzido, pode proporcionar aos alunos uma base para a aquisição de novos conhecimentos e a superação dos desafios futuros. Nesse sentido, é essencial investigar os métodos de ensino e práticas pedagógicas que promovam uma alfabetização efetiva e inclusiva, especialmente nas escolas públicas de contextos vulneráveis.

2 PERCURSO HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Este capítulo examina o percurso histórico da alfabetização no Brasil, explorando os contextos sociais, culturais e políticos que moldaram suas práticas. A análise histórica permite compreender os fatores que contribuíram para os desafios estruturais enfrentados atualmente, oferecendo uma base para reflexões sobre o processo educacional nas séries iniciais.

A história da alfabetização no Brasil é marcada por transformações profundas, reflexo das condições sociais, culturais e políticas que moldaram o acesso à leitura e escrita. A escrita que utilizamos hoje, incluindo o alfabeto com o qual registramos graficamente nossas percepções e comunicamos ideias, é o resultado de séculos de evolução. Como afirma Rizzo (2005), a escrita surgiu da necessidade de registrar fatos, pensamentos e ideias, transformando-se em um instrumento indispensável para a preservação do conhecimento e a comunicação humana.

No contexto brasileiro, a alfabetização contribui para o desenvolvimento pessoal e para o exercício consciente da cidadania e a transformação da sociedade. A educação no Brasil teve suas raízes no século XVI, em um contexto marcado pela ausência de uma estrutura educacional formal. Nesse cenário, a alfabetização foi introduzida como uma ferramenta para atender às necessidades administrativas, de controle social e de expansão econômica do território colonial. A chegada da escrita alfabética trouxe consigo novas funções sociais, políticas e culturais, sendo instrumentalizada para consolidar a influência europeia-branca-cristã. Esse processo reforçou uma divisão entre letrados e não letrados, estabelecendo uma lógica de exclusão que privilegiava a elite colonial. Os jesuítas tiveram um papel central nesse modelo educacional, utilizando a alfabetização como meio de catequização e controle cultural, com a gramática servindo como instrumento de poder para sustentar o discurso religioso e a hegemonia colonial, moldando as bases do sistema educacional no país (Silva, 1999).

Ao analisar esse período histórico, percebe-se que a educação, em vez de ser uma ferramenta de emancipação, foi utilizada como um mecanismo de dominação e exclusão. A estrutura educacional construída pelos jesuítas e seus sucessores priorizou interesses coloniais, deixando de lado as culturas e saberes locais, especialmente os indígenas. Essa abordagem inicial reforçou desigualdades que, em diferentes formas, ainda permeiam o sistema educacional brasileiro.

Portanto, no Brasil colonial, os jesuítas desempenharam o papel de introduzir a alfabetização com o único objetivo de converter os povos nativos ao cristianismo. Essa pedagogia desconsiderava as tradições culturais indígenas, afastando-os de sua identidade e valores. A expulsão dos jesuítas em 1759 resultou em um declínio da educação formal, agravando os altos índices de analfabetismo, especialmente em áreas rurais, onde a educação era desvalorizada em favor do trabalho manual (Burns, 1993).

Essa dinâmica histórica reflete a complexidade de um sistema educacional que, desde suas origens, priorizou interesses religiosos e políticos, em detrimento da valorização da diversidade cultural. A exclusão das tradições indígenas e a falta de continuidade na oferta educacional formal evidenciam uma abordagem que pouco contribuiu para o fortalecimento de uma educação equitativa e inclusiva. O abandono da educação após a saída dos jesuítas consolidou um modelo de ensino elitista e restritivo, cujos impactos ainda reverberam na desigualdade de acesso e na baixa qualidade educacional enfrentada em muitas regiões do Brasil, especialmente nas áreas rurais. Assim, compreender essas origens é essencial para refletir sobre as raízes dos desafios contemporâneos da alfabetização e a necessidade de práticas mais inclusivas e respeitosas às particularidades culturais.

A nível global, Araújo (1996) identifica quatro períodos principais na história da alfabetização. O primeiro, da Antiguidade à Idade Média, foi dominado pelo método da soletração, com foco na repetição mecânica. Entre os séculos XVI e XVIII, surgiram métodos analíticos e sintéticos, que persistiram até os anos 1960. O terceiro período, iniciado nos anos 1980, trouxe a teoria da Psicogênese da Língua Escrita, desafiando a relação direta entre escrita e fala. O quarto e atual período busca superar o fracasso escolar por meio de abordagens inclusivas e diversificadas.

Movimentos como a Reforma Protestante e o Iluminismo também influenciaram práticas educativas ao enfatizarem o acesso ao conhecimento e a autonomia intelectual (Outram, 2006). No Brasil, porém, a alfabetização ganhou relevância apenas no final do século XIX, quando movimentos educacionais começaram a escolarizar a leitura e escrita. Mortatti (2000) destaca que, até então, a educação era restrita a uma elite, limitada por barreiras econômicas e sociais. A ausência de incentivos financeiros e a baixa prioridade dada à educação dificultaram o avanço do ensino no período. Nesse contexto, a alfabetização restringia-se ao aprendizado básico do alfabeto, sem explorar suas possibilidades culturais e críticas.

Durante o século XX, o Brasil experimentou avanços tímidos na educação, impulsionados por programas como o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado em 1970. Conforme apontam Menezes e Santos (2001), o Mobral buscava erradicar o analfabetismo entre adultos, mas enfrentou críticas por priorizar o ensino técnico de leitura e escrita, negligenciando a formação crítica e cidadã. Apesar de seu alcance, o programa foi extinto em 1985, dando lugar a outras iniciativas educacionais que buscavam maior eficiência e impacto social.

Atualmente, a alfabetização no Brasil é tratada como um direito fundamental, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Programas como o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) refletem os esforços do governo para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o terceiro ano do ensino fundamental. No entanto, os desafios persistem, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, onde a desigualdade de acesso a recursos educacionais compromete o alcance de uma alfabetização universal e de qualidade (Hachimoto, 2024).

Esse contexto evidencia a complexidade do cenário educacional brasileiro, em que, apesar das políticas públicas, fatores estruturais dificultam avanços. Regiões marcadas por altos índices de pobreza frequentemente enfrentam limitações em infraestrutura escolar, falta de materiais didáticos adequados e escassez de profissionais capacitados.

Em síntese, a história da alfabetização no Brasil revela um percurso permeado por desafios estruturais, desigualdades regionais e políticas públicas que, embora bem-intencionadas, nem sempre conseguiram superar as barreiras históricas que limitam o acesso universal à educação de qualidade. Desde o impacto da expulsão dos jesuítas em 1759 até as iniciativas contemporâneas como o PNAIC, observa-se uma luta constante para conciliar métodos de ensino eficazes com a diversidade cultural e social do país. O legado de políticas como o MOBRL e o FUNDEF evidencia tanto os avanços quanto as lacunas ainda presentes, sobretudo em regiões mais vulneráveis.

Sob a luz das teorias de Ferreiro, Freire e Mortatti, a alfabetização transcende o domínio técnico da leitura e escrita, sendo um processo que demanda práticas pedagógicas inclusivas e contextualizadas. Compreender esses desafios, com foco na alfabetização nas séries iniciais exige um olhar atento para os marcos históricos que moldaram as práticas educativas no Brasil, evidenciando como as barreiras

estruturais e sociais do passado ainda repercutem no presente. A partir dessa análise, torna-se possível identificar as conexões entre a trajetória histórica e as dificuldades enfrentadas hoje, estabelecendo um ponto de partida para discutir estratégias que possam reverter essas limitações no contexto contemporâneo.

3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, afirma que a alfabetização é um ato de conscientização, um processo que transcende o simples aprendizado técnico da leitura e da escrita. Para ele, alfabetizar é, acima de tudo, permitir que o indivíduo leia o mundo antes de ler a palavra, conectando a aprendizagem às suas vivências sociais e promovendo uma educação emancipatória. Essa perspectiva amplia o entendimento da alfabetização, destacando sua dimensão social e transformadora, evidenciando que ela deve ser conduzida como um processo dinâmico e conectado às realidades concretas dos alunos. Assim, Freire oferece uma contribuição teórica essencial para repensar as práticas pedagógicas que norteiam os primeiros anos da escolarização, ressaltando o papel do educador como mediador entre o aluno e o conhecimento.

Neste capítulo, são discutidos os conceitos de alfabetização e letramento, com foco em suas dimensões técnicas e sociais. A partir de abordagens teóricas e práticas pedagógicas debatidas, busca-se compreender como as interações entre esses conceitos podem potencializar o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita. Essa integração é fundamental, pois permite que os educadores compreendam o processo educativo de forma mais ampla, valorizando tanto o domínio técnico da leitura e escrita quanto sua aplicabilidade em contextos sociais e culturais.

Os anos iniciais de alfabetização desempenham um papel importante no processo educativo, configurando-se como a base para o desenvolvimento das competências que acompanharão os estudantes ao longo de sua trajetória escolar. Esse período representa, para a maioria das crianças, o primeiro contato sistematizado com a escolarização, momento em que habilidades fundamentais, como a leitura e a escrita, começam a ser estruturadas. Diante disso, torna-se imprescindível adotar metodologias de ensino que conciliem abordagens técnicas e lúdicas, promovendo uma aprendizagem verdadeira. Evidentemente, metodologias que combinam atividades interativas, jogos e práticas contextualizadas facilitam o aprendizado e estimulam a curiosidade e o interesse dos estudantes, elementos essenciais para uma alfabetização bem-sucedida.

Nesse contexto, Leal, Albuquerque e Moraes (2010) destacam que a alfabetização é o processo de ensinar indivíduos a ler e escrever, abrangendo crianças, jovens e adultos, ampliando a compreensão do ato de alfabetizar, evidenciando que ele não se limita ao domínio técnico, mas também envolve práticas pedagógicas que integram as vivências dos alunos, favorecendo um aprendizado contextualizado e transformador. Assim, quando o ensino da leitura e escrita considera

as experiências prévias e o contexto de vida dos alunos, ele se torna mais significativo, promovendo não o aprendizado técnico e a formação de indivíduos críticos e participativos.

A abordagem apresentada pelos autores reforça a ideia de que a alfabetização deve transcender o aprendizado mecânico, integrando as experiências individuais e o contexto sociocultural dos alunos ao processo pedagógico. Essa visão enriquece o debate sobre práticas educativas ao propor um ensino que não se limita a transmitir conhecimento, mas que também transforma e amplia a percepção dos estudantes sobre o mundo. Além disso, o foco na integração entre teoria e prática pedagógica contextualizada evidencia a necessidade de metodologias dinâmicas que respeitem a diversidade de vivências e promovam o desenvolvimento de cidadãos críticos. Este argumento é essencial para sustentar que a alfabetização, ao conectar-se com a realidade dos alunos, torna-se um instrumento de inclusão e emancipação social.

Contudo, é importante destacar que, na prática, os critérios que tornam o processo de alfabetização mais eficaz nem sempre são plenamente aplicados. Muitos professores ainda utilizam métodos de ensino baseados em sua própria experiência escolar, o que, muitas vezes, desconsidera os erros dos estudantes como parte natural do aprendizado. Ferreiro (1999) observa que a alfabetização não deve ser vista como um estado a ser alcançado, mas como um processo contínuo, cujo início, na maioria dos casos, ocorre antes mesmo da escolarização formal e que não termina ao final da escola primária. Essa perspectiva ressalta a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem o ritmo de aprendizagem dos alunos e estimulem o desenvolvimento progressivo de suas habilidades.

Essa realidade evidencia a urgência de investir em formações continuadas que capacitem os professores a compreender a alfabetização como um processo contínuo, que exige práticas pedagógicas inovadoras e alinhadas às necessidades dos estudantes. Valorizar os erros como parte integrante do aprendizado e incentivar abordagens que respeitem o ritmo individual de cada aluno aprimoram a qualidade do ensino e contribuem para a formação de sujeitos mais confiantes e autônomos. Assim, torna-se imprescindível que a prática docente se desprenda de métodos rígidos ou baseados exclusivamente em vivências pessoais, integrando conhecimentos teóricos atualizados que considerem a alfabetização como um instrumento de desenvolvimento crítico e social.

Além disso, a definição de estratégias pedagógicas para os anos iniciais da alfabetização vai além do aspecto técnico, assumindo também um compromisso ético e social. A ausência de métodos adequados às realidades e necessidades dos estudantes pode não só comprometer o aprendizado imediato, mas também dificultar o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida. Nesse contexto, é responsabilidade do educador e das instituições de ensino implementar práticas que sejam inclusivas, respeitem a diversidade cultural e linguística e promovam um ambiente educacional que valorize as particularidades de cada aluno.

A escola, nesse processo, assume um papel de extrema importância ao garantir o direito à leitura e à escrita como parte da cidadania. Esse direito facilita a ampliação do conhecimento de crianças e adultos, colaborando para o crescimento pessoal e promovendo a socialização. Ensinar a leitura e a escrita, portanto, não deve se limitar à mera decodificação de letras e sons. Como ressalta Barbosa (2006), é fundamental destacar a relevância social desses saberes, evidenciando seu impacto na vida prática e na interação com o mundo que nos cerca.

A alfabetização, nesse sentido, deve ser compreendida como um processo em constante evolução, que requer do educador uma postura reflexiva e adaptativa. Quando realizada de forma consciente e contextualizada, ela se transforma em um instrumento de transformação social, capacitando os alunos a se tornarem cidadãos críticos e atuantes.

O entendimento de alfabetização e letramento no Brasil, enquanto conceitos complementares, é essencial para compreender os desafios e avanços nos processos educacionais contemporâneos. A alfabetização, em seu sentido mais técnico, refere-se ao aprendizado do sistema de escrita alfabética, enquanto o letramento amplia esse conceito para englobar o uso social e funcional da linguagem escrita. Essa distinção, consolidada por Soares (2004), é importante para os debates educacionais, pois destaca que um indivíduo pode ser alfabetizado, mas não necessariamente letrado, caso não consiga aplicar suas habilidades de leitura e escrita em práticas significativas.

A alfabetização não deve ser vista como um processo isolado, mas como parte de uma jornada educacional mais ampla que conecta os indivíduos às práticas sociais e culturais. Vygotsky (1978), em sua teoria sociocultural, argumenta que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação social e do uso de instrumentos culturais. A alfabetização, portanto, é mediada pelo contexto social, pelas

interações e pelas práticas discursivas, e não apenas pelo domínio mecânico da leitura e escrita. Esse entendimento reforça a necessidade de ambientes educativos que valorizem a diversidade cultural e linguística dos alunos, integrando suas vivências ao processo de aprendizagem.

Isso amplia também a concepção de alfabetização, posicionando-a como um processo interativo e coletivo, onde o aprendizado se constrói a partir da troca social e do reconhecimento das experiências culturais dos alunos. A valorização da diversidade linguística e cultural exige que os ambientes educativos adotem práticas pedagógicas que contextualizem o ensino, permitindo aos estudantes reconhecerem sua própria identidade no processo de aprendizagem. Além disso, a perspectiva sociocultural de Vygotsky destaca a importância de integrar instrumentos culturais e práticas discursivas que conectem os saberes escolares às vivências dos alunos, promovendo uma alfabetização que seja não apenas técnica, mas também crítica e transformadora. Essa abordagem torna o processo mais importante e inclusivo, especialmente em realidades marcadas por pluralidades sociais.

Freire (1970) trouxe uma perspectiva inovadora ao abordar a alfabetização como um ato de conscientização e transformação política. Para ele, ler o mundo precede a leitura da palavra, o que significa que a aprendizagem da leitura e da escrita deve estar ancorada nas experiências concretas dos alunos, possibilitando a transformação de suas realidades.

Essa perspectiva apresentada redefine o papel da alfabetização como uma ferramenta de emancipação social, ao vinculá-la diretamente à conscientização das estruturas que moldam a sociedade. Esse enfoque transforma o processo de ensino em uma prática libertadora, que transcende o domínio técnico da leitura e escrita. Ao priorizar as experiências concretas dos alunos, a alfabetização torna-se um processo contextualizado e significativo, que conecta o aprendizado ao cotidiano dos indivíduos. Dessa forma, Freire propõe uma educação que não serve apenas para informar, mas transformar, ao capacitar os alunos a serem protagonistas na construção de suas realidades.

Ferreiro e Teberosky (1985) contribuíram ao investigar o processo de construção do conhecimento sobre a linguagem escrita pelas crianças. Sua pesquisa revelou que, antes mesmo de receberem instrução formal, as crianças já possuem hipóteses sobre a escrita e a leitura, construídas a partir de suas interações com o ambiente. Essa descoberta reforça a importância de práticas pedagógicas que

reconheçam os saberes prévios dos alunos e promovam um ensino que vá além da simples repetição de regras.

Esse entendimento desafia métodos tradicionais baseados na repetição de regras, enfatizando a importância de práticas pedagógicas que dialoguem com as experiências prévias dos alunos. Reconhecer os saberes construídos antes da escolarização permite que o professor adapte suas estratégias às necessidades reais dos estudantes, promovendo um aprendizado mais efetivo. Dessa forma, o ensino da leitura e da escrita deixa de ser uma imposição mecânica para se tornar um processo de construção ativa, no qual as crianças assumem um papel central em seu próprio desenvolvimento.

Contudo, transformar os atos de leitura e escrita em experiências verdadeiramente efetivas para os alunos é um desafio que exige das escolas e dos educadores um compromisso com a melhoria contínua do ensino. Para isso, é essencial que os professores busquem constante atualização, desenvolvam o hábito da leitura e criem ambientes acolhedores que incentivem o contato com os livros. Conforme destaca Barbosa (2006), é imprescindível proporcionar espaços que estimulem a confiança dos alunos, permitindo que eles se sintam seguros e motivados a ler e escrever da melhor forma possível.

No Brasil, o letramento tem se consolidado como um objetivo atrelado às políticas educacionais, em especial com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC estabelece que o processo de alfabetização deve integrar práticas de leitura e escrita a diferentes gêneros e situações comunicativas, promovendo uma alfabetização que seja crítica e interdisciplinar (Brasil, 2017). Essa abordagem busca superar práticas fragmentadas e tecnicistas, que historicamente limitaram a educação básica no país.

Ainda assim, os desafios permanecem. Silva (2016) argumenta que a formação continuada dos professores alfabetizadores é indispensável para a consolidação de práticas pedagógicas eficazes. No contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), por exemplo, essa formação foi apontada como um dos pilares fundamentais para a melhoria da alfabetização. No entanto, lacunas permanecem na implementação prática dessas políticas, especialmente em áreas de vulnerabilidade social e educacional.

Ou seja, o letramento foi incorporado às políticas educacionais como um objetivo estratégico, consolidado pela BNCC, que propõe uma alfabetização integrada

a práticas comunicativas diversas e interdisciplinares. Apesar desse avanço conceitual, a efetivação dessas diretrizes enfrenta desafios, especialmente relacionados à formação continuada de professores, essencial para alinhar teoria e prática. Iniciativas como o PNAIC destacaram a importância da capacitação docente, mas a desigualdade no acesso a recursos e suporte técnico em regiões vulneráveis ainda compromete a consolidação de uma alfabetização equitativa e transformadora. Esses desafios ressaltam a necessidade de políticas que articulem formação, infraestrutura e apoio contínuo.

A diversidade cultural e linguística dos estudantes também é um elemento importante para o sucesso da alfabetização. Hachimoto (2024) destaca que reconhecer e incorporar essa diversidade nos currículos e nas práticas pedagógicas torna o aprendizado mais relevante e conectado ao cotidiano dos alunos. Ao ignorar essas realidades, corre-se o risco de perpetuar um modelo de ensino alienante, desconectado das necessidades reais das comunidades.

Dessa forma, alfabetização e letramento não são etapas separadas, são processos interdependentes que se complementam. A alfabetização prepara os indivíduos para o domínio técnico da leitura e escrita, enquanto o letramento os insere em práticas sociais e culturais. Para alcançar resultados efetivos, é fundamental que a educação brasileira continue a integrar esses conceitos, adaptando-se às demandas de uma sociedade em constante transformação e promovendo uma alfabetização que seja, ao mesmo tempo, técnica, social e crítica.

Assim, o verdadeiro êxito no processo de alfabetização e letramento não reside apenas na capacidade de ensinar a decodificação de palavras, mas na promoção de uma educação que valorize o aluno como sujeito histórico, dotado de experiências e vivências que enriquecem o processo de aprendizado. A integração entre alfabetização e letramento, aliada ao reconhecimento da diversidade cultural e à superação das desigualdades educacionais, é a chave para formar cidadãos capazes de transformar suas realidades. Assim, a escola não deve ser um ambiente de construção coletiva, onde a leitura do mundo e da palavra se tornem instrumentos para uma sociedade mais justa, crítica e plural.

4 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NA ALFABETIZAÇÃO

Este capítulo apresenta práticas pedagógicas amplamente reconhecidas pela literatura, explorando métodos e estratégias que contribuem para o desenvolvimento

da leitura e escrita nas séries iniciais. Enfatizam-se atividades que respeitam a diversidade de contextos e potencialidades dos estudantes, promovendo um aprendizado mais inclusivo e significativo.

As estratégias pedagógicas são fundamentais para o sucesso do processo de alfabetização, que envolve a aquisição técnica da leitura e escrita e o desenvolvimento de habilidades críticas e a compreensão da escrita como um sistema de representação. Conforme Ferreiro (1999), as crianças têm maior facilidade para se alfabetizar porque estão em constante processo de aprendizagem, ao contrário dos adultos, que já consolidaram formas de ação e conhecimento mais difíceis de modificar. O autor ressalta que algumas crianças chegam à escola com conhecimentos prévios sobre a escrita, enquanto outras dependem integralmente do ambiente escolar para se apropriar desse sistema.

A prática pedagógica comumente utilizada pelos professores é baseada na progressão de conceitos simples para mais complexos. Ferreiro e Teberosky (1985) destacam que educadores frequentemente buscam o método mais eficaz de ensino, gerando debates entre o uso do método sintético e o analítico. O método sintético foca na correspondência entre som e grafia, partindo das unidades menores (como letras) para formar palavras, enquanto o método analítico privilegia o reconhecimento global das palavras ou orações, analisando seus componentes posteriormente. Essa escolha metodológica reflete a diversidade de abordagens na alfabetização, cada uma com suas vantagens e limitações.

Ferreiro (2000) argumenta que os métodos são ferramentas que oferecem sugestões e orientações, mas não garantem, por si só, a construção do conhecimento. Ela enfatiza que a alfabetização vai além do domínio técnico, envolvendo a compreensão da escrita como um sistema de representação que conecta sons, significados e ideias. Nesse sentido, Ferreiro e Teberosky dão atenção especial à fase silábica, quando as crianças começam a reconhecer que a escrita representa partes sonoras da fala, superando a correspondência global entre a forma escrita e a expressão oral.

Outro ponto importante diz respeito à escrita, que pode ser entendida de duas maneiras principais: como um código que transforma sons em letras ou como um sistema de representação mais amplo. No primeiro caso, aprender a escrever significa dominar uma técnica; no segundo, representa a aquisição de um novo conhecimento conceitual. Essa distinção é central para estratégias pedagógicas eficazes, pois

influencia a forma como o ensino da leitura e escrita é abordado. Ferreiro e Teberosky (1985) defendem que o aprendizado da escrita deve ser tratado como um processo conceitual, incentivando a criança a compreender as regras e os propósitos do sistema de escrita.

Essa compreensão da escrita como algo além de um simples código amplia a perspectiva sobre o processo de alfabetização, especialmente no que diz respeito à adaptação das práticas pedagógicas às necessidades individuais dos alunos. Ao tratar a escrita como um sistema representacional mais amplo, os educadores são desafiados a criar estratégias que dialoguem com os diferentes níveis de conhecimento prévio das crianças. Isso inclui o reconhecimento das hipóteses que os alunos já possuem sobre a escrita e como essas hipóteses podem ser utilizadas para avançar no processo de alfabetização. Além disso, enfatizar o aspecto conceitual da escrita implica trabalhar com métodos que conectem o aprendizado técnico às vivências culturais e sociais dos estudantes, fortalecendo o papel da alfabetização como ferramenta de desenvolvimento crítico e social.

Além dos métodos e conceitos teóricos, o uso de recursos interativos e tecnológicos tem se mostrado uma estratégia eficaz na alfabetização. Hachimoto (2024) destaca que plataformas digitais e jogos educativos proporcionam aos alunos um aprendizado personalizado e envolvente. Contudo, Freire (1970) alerta que a introdução de tecnologias deve ser alinhada aos objetivos pedagógicos e não deve desconsiderar o contexto sociocultural dos estudantes.

A inserção de tecnologias na educação é uma abordagem promissora que exige planejamento cuidadoso e integração com o currículo escolar. As plataformas digitais oferecem novos caminhos para o aprendizado e permitem a personalização das atividades de acordo com o ritmo e as necessidades de cada aluno. Essa personalização pode ser especialmente benéfica em contextos de alfabetização, onde as crianças apresentam níveis de habilidade bastante variados. No entanto, é essencial que a implementação dessas ferramentas seja acompanhada por formações adequadas para os professores, garantindo que eles estejam aptos a explorar todo o potencial pedagógico das tecnologias. Além disso, a tecnologia não deve substituir práticas tradicionais, mas sim complementá-las, proporcionando uma abordagem híbrida que valorize tanto os métodos clássicos quanto as inovações contemporâneas.

As atividades lúdicas também desempenham um papel essencial na alfabetização. Caldeira e Bornazakis (2019) defendem que brincadeiras, jogos e histórias infantis tornam o processo de aprendizado mais atraente, estimulando a curiosidade e o interesse das crianças. O ambiente lúdico promove a interação entre os alunos e reduz as barreiras associadas à aprendizagem formal, criando um espaço onde as crianças se sentem mais motivadas a explorar a linguagem escrita.

O caráter lúdico na alfabetização é fundamental para envolver os alunos em um processo que muitas vezes pode parecer desafiador. A inclusão de brincadeiras e jogos no planejamento pedagógico ajuda a criar um ambiente acolhedor e estimulante, onde as crianças aprendem de forma natural e divertida. Além disso, essas atividades favorecem o desenvolvimento de habilidades sociais, como a cooperação e o respeito às regras, que são igualmente importantes para o aprendizado. Histórias infantis, por exemplo, oferecem oportunidades para trabalhar a oralidade, a interpretação de textos e a criatividade, ao mesmo tempo em que conectam o aprendizado ao universo imaginativo das crianças. Assim, o uso do lúdico na alfabetização não apenas facilita a aquisição de habilidades técnicas, mas também contribui para o desenvolvimento integral dos alunos.

Apesar dessas estratégias, é inegável que os desafios permanecem. Costa (2021) observa que a formação continuada dos professores alfabetizadores é indispensável para a implementação de práticas eficazes. No entanto, essa formação ainda enfrenta dificuldades devido à falta de uniformidade nos programas de capacitação e à ausência de suporte técnico consistente em muitas regiões.

A formação continuada dos professores tem o poder de superar as dificuldades encontradas na alfabetização. Essa formação deve ser planejada de maneira a considerar as realidades locais e oferecer suporte prático para os educadores, possibilitando a aplicação direta das teorias discutidas em sala de aula. Além disso, a ausência de políticas públicas que promovam a valorização e o acompanhamento dos profissionais da educação dificulta a consolidação de práticas pedagógicas inovadoras. É necessário que as instituições de ensino e os governos invistam em programas de formação, que sejam capazes de atualizar os conhecimentos dos professores, e os motivem a permanecer na profissão e a enfrentar os desafios cotidianos da sala de aula.

Por fim, a valorização da diversidade cultural e linguística é uma abordagem que enriquece as práticas pedagógicas. Ferreiro (1999) ressalta que reconhecer os

saberes prévios das crianças é essencial para conectar o aprendizado à realidade de cada aluno, enquanto Marques et al. (2017) reforçam a importância de respeitar as especificidades locais nas práticas educacionais. Dessa forma, a alfabetização deixa de ser um processo técnico, sendo reconhecida por ser uma oportunidade de promover o desenvolvimento integral e crítico dos estudantes.

O respeito à diversidade cultural e linguística no contexto escolar é uma prática que vai além de um princípio ético; é uma estratégia pedagógica que potencializa o aprendizado. Ao incorporar elementos culturais específicos nas atividades de alfabetização, os educadores ajudam os alunos a se reconhecerem no conteúdo ensinado, fortalecendo sua autoestima e motivação para aprender. Esse reconhecimento também contribui para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e equitativa, que valorize as diferentes trajetórias de vida e experiências dos alunos. Além disso, a diversidade linguística deve ser vista como uma riqueza que pode enriquecer as práticas pedagógicas, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e a valorização das múltiplas formas de expressão existentes em um país tão plural como o Brasil.

Em síntese, as estratégias pedagógicas na alfabetização no ensino fundamental devem ser diversas, reflexivas e adaptadas às necessidades e potencialidades dos alunos. Ao combinar abordagens teóricas, metodológicas e inovadoras, é possível criar um ensino que prepare as crianças para utilizar a linguagem escrita de forma autônoma e consciente, contribuindo para sua inserção plena na sociedade.

Esse compromisso com um ensino reflexivo e inclusivo exige a participação ativa de todos os atores do processo educacional, desde os professores até as famílias e comunidades. Quando bem implementadas, as estratégias pedagógicas não apenas ampliam as possibilidades de aprendizado, mas também fortalecem o papel da escola como um espaço de transformação social. Portanto, é necessário continuar investindo em pesquisas, formação docente e políticas públicas que garantam o direito à alfabetização para todos, respeitando as singularidades de cada indivíduo e promovendo o desenvolvimento das crianças.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Aqui são analisadas as políticas públicas voltadas para a alfabetização, com destaque para iniciativas como o PNAIC e a Política Nacional de Alfabetização. A

discussão aborda os impactos dessas políticas nas práticas educacionais e as condições estruturais do ensino, refletindo sobre avanços e limitações no contexto educacional brasileiro.

As políticas públicas de alfabetização no Brasil têm desempenhado um papel importante na tentativa de erradicar o analfabetismo e garantir o direito à educação para todas as crianças. Contudo, a história dessas iniciativas reflete tanto avanços quanto desafios persistentes. Desde o período de redemocratização, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, até programas contemporâneos como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA), as políticas educacionais foram marcadas por avanços teóricos, divergências metodológicas e lacunas na implementação.

Para destacar o (PNAIC) é um programa o desafio da alfabetização na idade certa foi criado com o desafio de garantir que toda criança de brasileira até 8 anos de idade seja alfabetizada plenamente, para isso esse programa requer um esforço maior da união, estados e municípios ,além de instituições públicas, o principal objetivo de acordo com o MEC é formar educadores críticos que proponham soluções criativas para os problemas ali encontrados.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante ao estabelecer a educação como um direito social, garantindo a todos os brasileiros acesso à instrução básica gratuita. Segundo Costa (2021), a década de 1990 consolidou esse compromisso por meio de planos nacionais de educação e políticas voltadas para a redução das desigualdades educacionais. Iniciativas como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a universalização do ensino fundamental foram passos fundamentais na ampliação do acesso à educação, embora tenham enfrentado desafios relacionados à qualidade e à equidade no ensino.

No início do século XXI, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído em 2012, representou um esforço sistemático para garantir que todas as crianças fossem alfabetizadas até os oito anos de idade. Como destaca Costa (2021), o programa baseou-se em três pilares principais: formação continuada de professores, distribuição de materiais didáticos de qualidade e avaliação sistemática dos resultados. Embora tenha sido amplamente elogiado por sua abordagem abrangente, o PNAIC enfrentou críticas quanto à padronização de práticas e à falta de recursos em regiões mais vulneráveis.

O PNAIC trouxe contribuições importantes para a formação de professores alfabetizadores. Silva (2016) enfatiza que os cursos oferecidos no âmbito do programa permitiram que muitos docentes refletissem sobre suas práticas pedagógicas e se apropriassem de métodos mais eficazes. No entanto, Marques et al. (2017) destacam que a implementação do programa nem sempre foi uniforme, com disparidades significativas entre estados e municípios devido a limitações estruturais e financeiras.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída em 2019, surgiu como uma resposta às críticas direcionadas ao PNAIC e com o objetivo de promover uma alfabetização baseada em evidências científicas. Segundo Costa (2021), a PNA priorizou o uso de métodos fonéticos e sistemáticos, alinhando-se a tendências internacionais e propondo uma ruptura com abordagens consideradas pouco eficientes. Porém, essa política foi alvo de debates intensos, especialmente por desconsiderar aspectos históricos e culturais da alfabetização no Brasil, bem como a diversidade de contextos presentes no país.

Marques et al. (2017) argumentam que a ênfase em um único método de alfabetização representa um retrocesso ao ignorar a complexidade do processo educativo e as necessidades específicas de diferentes comunidades escolares. Essa crítica ecoa na avaliação de Silva (2016), que aponta para a importância de abordagens pedagógicas flexíveis e adaptadas às realidades locais. A homogeneização das práticas, como proposta pela PNA, pode limitar a eficácia das políticas públicas ao desconsiderar as desigualdades regionais e os desafios enfrentados por escolas em áreas de alta vulnerabilidade social.

Outro aspecto relevante é a articulação das políticas públicas de alfabetização com as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Hachimoto (2024) destaca que a BNCC estabelece competências específicas para o ensino da leitura e escrita, enfatizando a interdisciplinaridade e o desenvolvimento crítico dos alunos. Contudo, a implementação prática dessas diretrizes depende de uma infraestrutura educacional adequada, bem como de investimentos contínuos na formação docente.

As políticas públicas de alfabetização também refletem compromissos assumidos pelo Brasil em conferências internacionais, como o Fórum Mundial de Educação, realizado em Dakar em 2000. Esses compromissos impulsionaram iniciativas voltadas para a erradicação do analfabetismo e a promoção de uma educação básica de qualidade para todos. No entanto, como apontam Caldeira e

Bornazakis (2019), a distância entre os objetivos propostos e a realidade enfrentada pelas escolas brasileiras ainda é significativa, evidenciando a necessidade de ações mais integradas e sustentáveis.

Em síntese, as políticas públicas de alfabetização no Brasil têm contribuído para avanços importantes, mas continuam a enfrentar desafios estruturais e metodológicos. A consolidação de uma alfabetização universal e de qualidade requer a articulação de iniciativas que valorizem a diversidade cultural e linguística do país, respeitem as especificidades locais e invistam na formação e valorização dos professores.

6 DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

A alfabetização no ensino fundamental constitui um dos pilares mais fundamentais para o desenvolvimento social, cultural e acadêmico das crianças,

especialmente nos anos iniciais, quando as habilidades de leitura e escrita são consolidadas. Contudo, no Brasil, esse processo enfrenta uma multiplicidade de desafios que atravessam barreiras históricas, estruturais, pedagógicas e tecnológicas. Ao mesmo tempo, surgem possibilidades de transformação, impulsionadas por inovações pedagógicas e o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Os desafios históricos que permeiam o processo de alfabetização no Brasil são reflexos de desigualdades enraizadas em um sistema educacional marcado por exclusões estruturais. Desde o período colonial, a educação foi restrita às elites, enquanto as populações marginalizadas eram privadas do acesso à alfabetização. Esse legado persiste, especialmente em regiões de alta vulnerabilidade social, onde a precariedade das infraestruturas escolares e a falta de recursos adequados comprometem o desenvolvimento das competências básicas de leitura e escrita. A exclusão histórica de culturas locais e indígenas no modelo educacional adotado desde os jesuítas reforçou uma dinâmica de marginalização que ainda se reflete no cenário atual (Burns, 1993).

A desigualdade socioeconômica é outro fator que agrava as dificuldades da alfabetização no Brasil. Regiões mais vulneráveis frequentemente carecem de infraestrutura básica, como escolas equipadas, materiais didáticos e acesso à tecnologia. Durante a pandemia da COVID-19, essa situação se intensificou, evidenciando a fragilidade do sistema educacional. Dados da pesquisa Alfabetiza Brasil indicaram uma queda alarmante nos índices de alfabetização infantil, reforçando a necessidade de estratégias emergenciais para recuperar as aprendizagens perdidas e assegurar o direito à alfabetização na idade certa (Tavares, 2023).

O processo de alfabetização também é influenciado pela formação docente, que frequentemente se mostra inadequada para lidar com as demandas contemporâneas. Embora iniciativas como o PNAIC tenham contribuído para avanços significativos, a falta de continuidade e suporte técnico impede a consolidação de práticas eficazes. Silva (2016) destaca que muitos professores alfabetizadores enfrentam dificuldades em adaptar suas estratégias às realidades locais e culturais dos alunos, agravadas pela rotatividade docente em regiões mais vulneráveis. Esse cenário compromete a implementação de metodologias consistentes e o desenvolvimento de práticas inovadoras.

Apesar desses desafios, as TIC surgem como uma oportunidade promissora para potencializar o processo de alfabetização. Aplicativos como "Luz do Saber" e "Silabando" permitem a criação de ambientes interativos e lúdicos, que engajam os alunos e facilitam a aprendizagem de habilidades fundamentais, como o reconhecimento de letras e palavras. Contudo, Costa et al. (2021) ressaltam que o uso dessas tecnologias deve ser cuidadosamente planejado e contextualizado, garantindo sua integração com práticas pedagógicas eficazes e alinhadas aos objetivos educacionais.

A implementação das TIC requer também um papel ativo dos professores como mediadores no processo de ensino-aprendizagem. Bottentuit Junior et al. (2018) enfatizam que a formação continuada dos educadores é essencial para que as tecnologias sejam utilizadas de maneira significativa, promovendo um letramento crítico que transcenda a mera decodificação de palavras. Nesse contexto, o professor assume a responsabilidade de conectar o uso das TIC às práticas sociais de leitura e escrita, permitindo que os alunos desenvolvam competências para interagir de forma criativa e crítica com os textos e conteúdos do mundo contemporâneo.

Outro aspecto importante para a alfabetização é a valorização da diversidade cultural e linguística dos estudantes. Práticas pedagógicas que incorporam as identidades culturais dos alunos não apenas promovem um aprendizado mais significativo, mas também reforçam sua autoestima e pertencimento. Hachimoto (2024) argumenta que a integração de elementos culturais no currículo escolar contribui para uma alfabetização mais contextualizada e inclusiva, fortalecendo a conexão entre o conteúdo acadêmico e as vivências dos estudantes.

Além disso, estratégias interdisciplinares podem enriquecer o processo de alfabetização, integrando disciplinas como Artes, Ciências e História às atividades de leitura e escrita. Caldeira e Bornazakis (2019) destacam que essas abordagens estimulam a curiosidade e o pensamento crítico, tornando o aprendizado mais dinâmico. A interdisciplinaridade, aliada a práticas lúdicas e interativas, cria um ambiente propício para que os alunos desenvolvam suas habilidades de maneira natural e prazerosa.

As políticas públicas, por sua vez, desempenham um papel essencial na superação das barreiras que limitam a alfabetização. Programas como o PNAIC e a Política Nacional de Alfabetização foram importantes ao priorizarem a formação de professores e a distribuição de materiais didáticos, mas ainda enfrentam desafios

relacionados à desigualdade de recursos entre as regiões. A padronização excessiva de métodos também é criticada, pois desconsidera as especificidades culturais e regionais dos alunos, limitando a eficácia das iniciativas. Marques et al. (2017) apontam que políticas públicas mais flexíveis e sensíveis à diversidade local são indispensáveis para garantir o sucesso das estratégias de alfabetização.

Portanto, a alfabetização no ensino fundamental exige um esforço coordenado que integre práticas pedagógicas inovadoras, investimentos em infraestrutura, formação docente de qualidade e políticas públicas equitativas. A superação dos desafios estruturais deve ser acompanhada pela promoção de metodologias que valorizem a diversidade cultural e as tecnologias educacionais, ampliando as possibilidades de aprendizado e inclusão. O reconhecimento das particularidades culturais e regionais, aliado ao uso estratégico das TIC e à formação contínua dos educadores, pode transformar o cenário atual.

7 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, com o objetivo de investigar e compreender os desafios e possibilidades relacionados à alfabetização na idade certa, particularmente nas séries iniciais do ensino fundamental. Essa abordagem possibilita a análise crítica de fontes teóricas e

normativas, buscando a construção de uma base teórica que norteie a discussão acerca das práticas pedagógicas, das políticas públicas e das condições estruturais que influenciam o processo de alfabetização no Brasil.

Conforme descrito por Gil (2002), a pesquisa bibliográfica permite mapear o conhecimento existente sobre um tema, identificar lacunas na literatura e propor novos caminhos de reflexão. Este estudo utilizou livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses e documentos normativos como fonte de dados, priorizando publicações relevantes e atualizadas que discutem alfabetização, letramento e estratégias pedagógicas. Também foram incluídos marcos legais e diretrizes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para analisar o impacto das políticas educacionais sobre as práticas de ensino.

A seleção das fontes seguiu critérios de relevância, qualidade e atualidade. Publicações dos últimos 20 anos foram priorizadas, exceto por clássicos que permanecem essenciais ao campo, como os trabalhos de Emília Ferreiro, Ana Teberosky e Paulo Freire. Essa abordagem possibilitou a integração entre perspectivas clássicas e contemporâneas, ampliando a compreensão dos desafios e avanços na alfabetização.

A investigação foi guiada por três eixos principais: práticas pedagógicas eficazes na alfabetização, com foco em estratégias inclusivas e contextualizadas; impacto das políticas públicas, analisando iniciativas como o PNAIC e seus reflexos na alfabetização; e condições estruturais e desafios históricos, abordando desigualdades regionais, formação docente e acesso a recursos. Esses eixos, alinhados aos objetivos da pesquisa, buscaram identificar desafios, metodologias eficazes e o papel das políticas públicas, fornecendo subsídios teóricos para práticas mais efetivas.

Essa metodologia tem como objetivo buscar identificar a problemática e buscar solucionar a questão da alfabetização na idade certa, realizada com pesquisa bibliográfica ,pesquisando minuciosamente os documentos ,observando os programas governamentais e independentes observando também os problemas e soluções através dessas pesquisas.

Conforme apontam Lakatos e Marconi (2003), a revisão bibliográfica é essencial para construir uma base teórica que orientará a análise das práticas pedagógicas associadas ao desenvolvimento infantil. Este estudo se baseou na análise de livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses e outros documentos que

discutem a alfabetização, os métodos de ensino, e as estratégias pedagógicas eficazes para o desenvolvimento do letramento.

Esta pesquisa adotou uma abordagem exclusivamente bibliográfica, fundamentada na análise crítica de literatura acadêmica, legislações e documentos normativos que abordam a alfabetização na idade certa e suas implicações pedagógicas. O foco central esteve na exploração das contribuições teóricas e metodológicas de autores como Emília Ferreiro, Ana Teberosky e Paulo Freire, bem como nas diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa abordagem permitiu compreender como as práticas pedagógicas poderiam ser otimizadas para atender às demandas da alfabetização, considerando a diversidade do contexto educacional brasileiro.

O estudo foi desenvolvido conforme os princípios metodológicos de Gil (2002), que destaca a importância da pesquisa bibliográfica para mapear o conhecimento existente, identificar lacunas na literatura e propor novas perspectivas. Nesse sentido, a pesquisa integrou as contribuições clássicas com estudos contemporâneos sobre alfabetização e letramento, investigando estratégias pedagógicas e seus impactos no desenvolvimento cognitivo e social das crianças.

Além disso, a análise abordou como a leitura e a escrita, compreendidas como ferramentas essenciais para o desenvolvimento da autonomia e identidade das crianças, poderiam ser promovidas por meio de práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas. A revisão da literatura possibilitou identificar os principais desafios e possibilidades no processo de alfabetização, refletindo sobre fatores que influenciam esse processo, como o papel das práticas pedagógicas, as condições estruturais das escolas e os referenciais teóricos que sustentam a alfabetização.

A pesquisa também busca soluções para essa problemática baseadas nos estudos revisados, priorizando aquelas que respeitassem o nível de desenvolvimento da escrita alfabética dos estudantes. Dessa forma, contribuiu para o aprimoramento das estratégias educacionais no âmbito da alfabetização, reforçando sua importância enquanto processo essencial para a formação de sujeitos críticos e ativos na sociedade.

Com essa abordagem, a pesquisa ofereceu uma análise reflexiva sobre as estratégias e métodos de ensino da alfabetização na idade certa, trazendo subsídios teóricos e práticos para o debate acadêmico e pedagógico.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa, baseados na análise bibliográfica, revelam a complexidade e os desafios inerentes ao processo de alfabetização na idade certa. Mais do que um simples domínio técnico da leitura e escrita, a alfabetização envolve práticas sociais, culturais e pedagógicas que demandam abordagens

interdisciplinares e ações coordenadas. A análise evidencia tanto barreiras históricas e estruturais quanto possibilidades emergentes para promover uma alfabetização inclusiva e transformadora.

A alfabetização, como apontam Ferreiro e Teberosky (1985), começa antes mesmo da escolarização formal, quando as crianças elaboram hipóteses sobre a escrita e a leitura a partir de suas vivências sociais. No entanto, o desprezo por esses saberes prévios em práticas pedagógicas tradicionais tem limitado o potencial das crianças. As metodologias padronizadas, descontextualizadas das realidades culturais e regionais, criam um distanciamento entre o conteúdo escolar e a experiência de vida dos estudantes. Superar essa lacuna exige práticas pedagógicas que considerem os ritmos individuais e valorizem o contexto sociocultural, promovendo um aprendizado que respeite as especificidades de cada aluno.

A ludicidade surge como uma estratégia transformadora no ensino inicial da leitura e escrita. Jogos, histórias interativas e outras atividades lúdicas têm se mostrado ferramentas eficazes para engajar os alunos e favorecer o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de integrar essas práticas ao currículo, promovendo uma formação integral que vá além das competências técnicas, conectando o aprendizado ao universo dos estudantes.

As políticas públicas, por sua vez, têm desempenhado um papel relevante na promoção da alfabetização, mas enfrentam desafios consideráveis. Iniciativas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) trouxeram avanços, especialmente no que tange à formação continuada de professores e à disponibilização de materiais pedagógicos. Contudo, lacunas na implementação, como a desigualdade no acesso a recursos entre escolas urbanas e rurais, comprometem os resultados esperados. Além disso, a falta de continuidade administrativa e a desvalorização dos profissionais da educação dificultam a consolidação de práticas pedagógicas eficazes e sustentáveis.

Os resultados também apontam para a necessidade de políticas mais sensíveis às especificidades culturais e regionais do Brasil. Desde os tempos coloniais, o sistema educacional desvalorizou os saberes locais em favor de uma padronização que privilegiava culturas hegemônicas. Essa exclusão histórica perpetua desigualdades que afetam populações indígenas, quilombolas e comunidades rurais. A integração de elementos culturais no currículo, como propõe Hachimoto (2024),

enriquece o processo educativo e fortalece o engajamento dos alunos, conectando-os diretamente às suas realidades.

Outro destaque desta pesquisa é o impacto positivo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de alfabetização. Ferramentas como aplicativos educativos e plataformas de leitura interativa têm demonstrado grande potencial para enriquecer o aprendizado, especialmente em contextos em que os métodos tradicionais são insuficientes. Costa et al. (2021) ressaltam, entretanto, que o uso efetivo dessas tecnologias depende de uma infraestrutura adequada e de professores bem-preparados para integrá-las ao ensino. A formação docente contínua é indispensável para que essas ferramentas sejam utilizadas de forma estratégica, alinhadas às necessidades pedagógicas e ao contexto social.

A formação docente também surge como um dos pilares centrais para enfrentar os desafios da alfabetização. Apesar dos esforços de programas como o PNAIC, a ausência de um acompanhamento sistemático e de incentivos para a atualização profissional limita o alcance das iniciativas. Professores que compreendem a alfabetização como um processo dinâmico e adaptativo, capaz de responder às demandas sociais e culturais, estão mais aptos a implementar práticas eficazes. No entanto, a precariedade na formação inicial e a alta rotatividade docente, especialmente em áreas de vulnerabilidade, continuam sendo entraves.

As desigualdades históricas no sistema educacional brasileiro também foram discutidas. Desde o modelo educacional imposto pelos jesuítas no período colonial até as políticas públicas contemporâneas, a exclusão de saberes locais e a fragmentação das iniciativas educacionais deixaram marcas profundas. Entender essas raízes é fundamental para planejar intervenções melhores, que promovam uma alfabetização universal e de qualidade.

Finalmente, a integração das TIC, a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento das políticas públicas são elementos indispensáveis para reverter o cenário atual. Quando alinhadas às diretrizes pedagógicas e às realidades locais, essas estratégias ampliam as possibilidades de aprendizado e democratizam o acesso à educação, promovendo o desenvolvimento de cidadãos críticos e participativos.

Portanto, esta pesquisa reafirma que a alfabetização na idade certa, além de ser uma meta educacional, é um compromisso social e ético. Investir na formação docente, ampliar o acesso a recursos tecnológicos e valorizar a diversidade cultural

são passos essenciais para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver plenamente suas capacidades. Esse processo exige uma ação que envolva professores, gestores, famílias e comunidades, que devem atuar como protagonistas na construção de uma educação mais justa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou os desafios e possibilidades da alfabetização na idade certa nas séries iniciais do ensino fundamental, buscando compreender a complexidade que permeia o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita. A partir de uma abordagem teórica, foi possível destacar que a alfabetização, além de

uma prática pedagógica, é um fenômeno cultural e social que demanda estratégias inclusivas e políticas públicas que sejam realmente efetivas para alcançar resultados satisfatórios.

Retomando os objetivos propostos, verificou-se que os desafios estruturais, como a precariedade das condições de trabalho docente, a insuficiência de recursos pedagógicos e a desigualdade no acesso à educação de qualidade, ainda constituem barreiras para a consolidação da alfabetização. Contudo, as possibilidades emergentes, como o uso de tecnologias educacionais, metodologias interdisciplinares e práticas pedagógicas contextualizadas, mostram-se caminhos promissores para transformar esse cenário.

Os resultados indicaram que, para superar os entraves históricos da alfabetização no Brasil, é imprescindível investir em formação continuada dos professores, assegurando que eles sejam capazes de implementar práticas pedagógicas dinâmicas e adaptadas às realidades socioculturais dos estudantes. Além disso, a valorização da diversidade cultural e linguística dos alunos emerge como uma estratégia capaz de promover uma educação capaz de respeitar as especificidades de cada indivíduo e de cada contexto.

As políticas públicas, embora tenham contribuído para avanços, ainda enfrentam desafios na implementação, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade. A análise evidenciou que iniciativas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foram marcos importantes, mas demandam maior articulação com as condições reais das escolas e comunidades, a fim de garantir que suas diretrizes sejam efetivamente aplicadas.

Com base nessa reflexão, conclui-se que a alfabetização na idade certa exige uma abordagem integrada, que contemple práticas pedagógicas inovadoras, formação docente qualificada e políticas públicas sensíveis às especificidades regionais e culturais do Brasil. A alfabetização, como ato de leitura do mundo, deve transcender o aprendizado técnico da leitura e escrita, assumindo um papel de transformação social e emancipação cidadã.

Embora este estudo tenha se concentrado em aspectos teóricos e nas análises de políticas públicas e práticas pedagógicas, recomenda-se que futuras pesquisas explorem mais diretamente a realidade das escolas e a vivência de professores e alunos no processo de alfabetização. Estudos empíricos, como entrevistas e

observações em sala de aula, poderiam complementar a abordagem aqui adotada, oferecendo uma visão mais detalhada das práticas e desafios enfrentados no cotidiano escolar.

Por fim, esta pesquisa reafirma a necessidade de uma educação que valorize o aluno como sujeito ativo e protagonista de seu aprendizado. A construção de um processo de alfabetização que seja ao mesmo tempo técnico, crítico e contextualizado é um desafio que requer o compromisso de toda a sociedade. Somente assim será possível alcançar o objetivo de garantir o direito à alfabetização e contribuir para a formação de cidadãos plenos e participativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Juliana Bertucci, Maria Lúcia Ferreira de Figueiredo. **Leitura e Mediação**: Reflexões sobre a formação do professor. 1ª Ed. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2013.

BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; MENEZ, Messiane Rose Correa Sá; WUNSCH, Luana Priscila. **Aplicativos móveis para a alfabetização e letramento no contexto do ensino fundamental**. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, v. 11, n. 1, p. 37-56, dez. 2018. DOI: 10.20952/revtee.v11i01.9812.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

BURNS, E. Bradford. **A History of Brazil**. New York: Columbia University Press, 1993.

CALDEIRA, Gabriela Dutra; BORNAZAKIS, Iza Vieira. As aventuras vivenciadas no processo de alfabetização no Programa Residência Pedagógica. **Revista GepesVida**, v. 5, n. 12, 2019.

COSTA, Fabíola Elizabete. Métodos de ensino e desafios na alfabetização: um estudo de caso. **Revista Educação e Sociedade**, v. 3, n. 7, 2021.

COSTA, Fabíola Elizabete et al. **Políticas Públicas de Alfabetização no Brasil: análise do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e da Política Nacional de Alfabetização (PNA)**. 2021.

COSTA, Renato Pinheiro da; CASSIMIRO, Élide Estevão; SILVA, Rozinaldo Ribeiro da. **Tecnologias no processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental**. *Revista Docência e Ciberultura*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 97-112, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.53068>.

DA SILVA, Mariza Vieira. História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização. Sínteses-ISSN 1981-1314, v. 4, 1999.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996. 144 p.

_____. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999. v. 2, 102 p.

_____. **Os processos construtivos de apropriação da escrita**. In: FERREIRO, Emilia. (Org.). Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. p. 102-123.

_____. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000. 104 p.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. 284 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2004.

KRAMER, Sônia. **Infância e educação infantil**: políticas e práticas pedagógicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 192 p.

HACHIMOTO, Angeliana Lima. Estratégias eficientes para o desenvolvimento da alfabetização e letramento: perspectivas contemporâneas. In: **Conexões do conhecimento**: explorando a interdisciplinaridade na educação. Rio de Janeiro: Editora Epitaya, 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUÍS, Cássio. **História da Educação no Brasil e no Mundo**. 2020. Disponível em: <https://www.luis.blog.br/historia-da-educacao-no-brasil-e-no-mundo.html>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, T. H. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

MARQUES, Silvio César Moral et al. **História da alfabetização no Brasil**: novos termos e velhas práticas. Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 11, n. 20, p. 324-343, 2017.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização**: síntese de uma história de sua constituição e desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

NOGUEIRA, Milton Batista; MOREIRA, Erika da Silva. **A importância dos métodos de alfabetização na educação infantil**. 2017. 10 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Centro Universitário de Ourinhos, Ourinhos, 2017. Disponível em: https://cic.unifio.edu.br/anaisCIC/anais2017/pdf/09_06.pdf. Acesso em: 27 mai. 2024.

OUTRAM, Dorinda. **The Enlightenment**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

RIBEIRO, Luciana Maria Porfirio; MARCELO, Thiago Antonio Coelho. **O Bê-a-bá dos Métodos de Alfabetização**. Nova Escola, 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17568/o-be-a-ba-dos-metodos-de-alfabetizacao>. Acesso em: 27 jun. 2024.

RIZZO, Sylvia Ficher. **História da Escrita**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

SÁTYRO, Natália; SOARES, Sérgio. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental**: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Brasília, DF: Ipea, 2007.

SILVA, Joana Darc Pereira da. **Alfabetização na Idade Certa**: desafios e possibilidades. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Paula Fernanda da. **Reflexões sobre a educação e a alfabetização no Brasil**. 2016. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.

Disponível em:

<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40137/1/01d16t02.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2024.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. **A alfabetização na idade certa**. Fundação Getúlio Vargas, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://www.fgv.br>. Acesso em: 25 dez. 2024.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.